

CONFERÊNCIA

CEM ANOS DE REPÚBLICA

Hélio Silva

S  
E  
S  
S  
Ã  
O  
  
1

---

---

## Idéia da República: 1870 até 1889 - propaganda, proclamação e consolidação

Hélio Silva

---

A República era a destinação continental do Brasil, manifestada em todos os movimentos de rebeldia a Portugal e teriam resultado, se vitoriosos, em uma divisão semelhante à que ocorreu na América Espanhola, criando várias Repúblicas. A monarquia resultou da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas do General Junot e a vinda para o Brasil da família reinante e a corte. A presença da Rainha D. Maria, do Príncipe reinante D. João; a permanência de D. Pedro; a proclamação da Independência e os dois reinados de Pedro I e Pedro II prolongaram a monarquia até que a doença de D. Pedro II, a impopularidade do terceiro reinado e as crises sucessivas das questões Religiosa, da Abolição e Militar criaram a oportunidade que os propagandistas aguardavam, estimulando e aproveitando o golpe militar de 15 de novembro de que resultou a República.

Implantado em um golpe militar, o novo regime teve dois Presidentes Militares: Deodoro – eleito pela Assembléia Nacional Constituinte – e Floriano que o sucedeu, por sua renúncia.

A República civil foi iniciada a 15 de novembro de 1894, por Prudente de Moraes. Esse propagandista foi sucedido por seu companheiro de propaganda, Campos Sales, a 15 de novembro de 1898. Consolidada a República, o terceiro Presidente – Conselheiro Rodrigues Alves – representa a aceitação da República pelos monarquistas, pois Rodrigues Alves era conselheiro do Império e presidira, por designação do Imperador, a antiga província de São Paulo. Seu sucessor, a 15 de novembro de 1906, Afonso Pena, também era Conselheiro da Monarquia. Afonso Pena morreu a 14 de junho de 1909, ascendendo à chefia do governo o Vice-Presidente Nilo Peçanha. A sucessão presidencial é marcada pela Companhia Civilista em que Rui Barbosa contende com o antigo ministro da guerra, marechal Hermes da Fonseca, que assume a Presidência a 15 de novembro de 1910. Seu governo representa a retomada da Presidência pelo Poder Militar e é marcada por intervenções nos Estados onde seu adversário obtivera apoio político. A sucessão de Hermes da Fonseca faz-se tranqüilamente e o Vice-Presidente Venceslau Braz assume a Presidência a 15 de novembro de 1914.

O mundo atravessava a Primeira Guerra Mundial em que o Brasil teve participação, embora discreta. Um acordo estabelecera a política do **Café-com-Leite**, alternando presidentes paulistas e mineiros, o que tinha uma razão econômica – o Convênio de Taubaté – para a sustentação do preço do café. Ao mineiro Venceslau Braz ia suceder (pela segunda vez) o paulista Rodrigues Alves. Doente, Rodrigues Alves não chegou a tomar posse, sucedendo-lhe o Vice-Presidente Delfim Moreira que convocou nova eleição em que foi eleito Epitácio Pessoa, empossado a 28 de julho de 1919. Esse Presidente vai enfrentar o ciclo revolucionário que se inicia, em 1922, com a semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista e o Primeiro 5 de julho. A Epitácio Pessoa sucede Arthur da Silva Bernardes que enfrenta o Segundo 5 de julho de 1924, em São Paulo, originando a Coluna Prestes, em um período conturbado em que Bernardo governa com o estado-de-sítio. Sua sucessão faz-se com a eleição de Washington Luiz, sem competidor. O país vive a esperança de uma anistia que restabeleça a Paz, o que não acontece. A sucessão de Washington Luiz gera uma cisão das forças governamentais, ficando o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba sustentando a chapa de Getúlio Vargas/João Pessoa e 17 estados com a chapa Júlio Prestes-Vital Soares. A campanha da Aliança Liberal, com a derrota de Getúlio Vargas/João Pessoa nas urnas transforma-se em um movimento conspiratório que vai eclodir a 3 de outubro de 1930, prolongando-se a guerra civil até 24 de outubro quando, pela primeira vez é deposto um Presidente – Washington Luiz – assumindo o governo, a Junta Governativa, composta dos Generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e do Almirante Isaías Noronha, entrega o governo ao chefe da revolução vitoriosa, Getúlio Vargas.

**CICLO DE VARGAS: GOVERNO PROVISÓRIO, REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA - CONSTITUINTE 33/34**, Eleição de Vargas – 1935 – Revolta Vermelha, 1937 – Estado Novo, 1938 – Intentona Integralista, 1939/1943 – 2ª Guerra Mundial. – Deposição de Vargas, 1950 – Eleição de Vargas, 1954 – Suicídio de Vargas.

O Ciclo de Vargas é um período singular na História do Brasil que registra o que chamaremos de República Velha – de 1889 a 1930 – quando a tomada do poder, com a vitória do movimento revolucionário projeta a figura de Vargas, que dominará a política nacional até seu suicídio, mesmo no período em que esteja afastado do poder, de 45 a 50. Não apenas no Brasil esse longo período apresenta conjunturas sucessivas e contraditórias. O mundo, emergido na 1ª Guerra Mundial (1914/1918), foi abalado pela revolução social que implantou o comunismo na Rússia, em 1917. No Brasil, o ciclo revolucionário instala-se em 1922 com a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Primeiro 5 de Julho. O Segundo 5 de Julho prolonga-se na Coluna Prestes e é a matriz do movimento revolucionário em que se transforma a campanha sucessória da Aliança Nacional Libertadora. Vargas é o primeiro ditador civil que projeta em nosso país a experiência autoritária com o golpe branco de 1937 e governa discricionariamente até a deposição, em 1945. As forças oposicionistas, que articularam o golpe militar encabeçado pelos dois chefes militares candidatos à presidência, Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, não conseguem, porém, a vitória eleitoral que Vargas assegura à última hora a Eurico Gaspar Dutra. Seu prestígio aumenta no retiro voluntário que se impôs, e o traz de volta à Presidência “nos braços do povo”, em 1950. Nem por isso os tenazes oposicionistas lhe dão trégua. Seu último governo, de 1950 a 1954, foi duramente combatido. No entanto é nesse período que Vargas melhor se afirma como estadista propondo soluções para os grandes problemas nacionais e ligando seu nome às grandes realizações da siderurgia, das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), do Banco Central. Sua morte assinala o início da crise institucional que se vai prolongar até a instalação de uma ditadura militar, em 1964.

Interinidades e impedimentos de João Café Filho e Carlos Coimbra de Luz; Posse de Nereu Ramos contestação e posse de Juscelino Kubitschek – JK; programa das metas, mudança para Brasília; Eleição e renúncia de Jânio Quadros; contestação, posse e deposição de Jango;

O suicídio de Vargas deflagrou uma crise institucional que se prolonga até nossos dias. Vargas ocupou um espaço na política que não foi preenchido. A sucessão constitucional colocou na presidência o vice-presidente João Café Filho, sem afinidades com o Presidente morto e sua política, e logo cercado dos grupos oposicionistas que haviam tramado a renúncia de Vargas. O programa sucessório estava proposto na candidatura do Presidente de Minas, Juscelino Kubitschek (JK), contra o qual aquelas mesmas correntes articularam a candidatura do general Juarez Távora, sem que antes esboçasse um veto dos chefes militares, apresentado a JK por Café Filho. A partir daí seria insustentável a permanência de Café Filho primeiro licenciado por doença, depois impedido de reassumir o governo. Ainda na linha sucessória assumiu o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Coimbra da Luz, no desenvolvimento de um plano destinado a impedir a posse de JK. O incidente da demissão do ministro da Guerra marechal Henrique Duffles Teixeira Lott causou o pronunciamento militar conhecido como **novembrada** e o impedimento de Carlos Coimbra da Luz. O sucessor, Presidente do Senado, Nereu Ramos, empossado no Ministério da Guerra, recorreu ao **estado de sítio**, restabeleceu o general Lott no Ministério da Guerra e deu posse a JK.

Fortalecido com o aval do Ministro da Guerra, JK governou todo o seu mandato, embora tivesse dificuldades nos campos político e militar: houve uma tentativa de seqüestro, em um vaso de guerra, quando ia para Santos; dois levantes na Aeronáutica, em Aragarças e Jacareacanga. No campo político JK foi mais bem sucedido conseguindo, através de **barganhas** obter a aprovação das **metas** anunciadas e fazer a mudança da capital do Rio de Janeiro com a inauguração de Brasília. Não pôde controlar a sucessão que planejava com a alternância de presidência pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Getúlio Vargas) Partido Social Democrático (PSD) (JK) e União Democrática Nacional (UDN) (Juracy Magalhães). Com a vitória de Jânio Quadros, apoiado por Carlos Lacerda, houve uma renovação nos quadros políticos, e Jânio, sem a cobertura dos partidos políticos, não teve condições de governar, renunciando após sete meses de governo.

Na renúncia de Jânio assumia a presidência o vice João Goulart, candidato na chapa oposicionista, derrotada na eleição. Além dessa singularidade, resultante de uma má legislação eleitoral, Jango foi combatido desde o início pelos militares radicais e forçado a aceitar uma emenda parlamentarista, que derrubou em plebiscito. A oposição crescia sob o pretexto de impedir a proclamação de uma **república sindicalista**, que nunca esteve em seus planos de governo, avolumando-se a conspiração de que participavam as forças políticas oposicionistas, o empresariado nacional e multinacional, a tentativa de desestabilização, comandada pela Central Intelligence Agency (CIA) e os grupos militares de direita, determinando a eclosão de um movimento armado em 31 de março de 64 e seu afastamento do governo com o início de uma ditadura militar.

Governos militares: 31 de março e 1º de abril; interinidade de Ranieri Mazzili e presidência de Humberto de Alencar Castello Branco; candidatura de Arthur da Costa e Silva; indicação do governo Garrastazu Médici; candidatura e governo de Ernesto Geisel; abertura **gradualista**. Colégio Eleitoral; indicação e governo João Figueiredo; as bombas do Rio Centro e o advento de uma candidatura civil.

O levante militar de 31 de março de 1964, em Juiz de Fora, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, desenvolveu-se em uma marcha sem combate até o Rio de Janeiro, com a adesão das tropas mobilizadas para combatê-lo. Desamparado de

seu dispositivo militar, João Goulart foi a Brasília onde, também, não teve apoio. Transferiu-se para o Rio Grande quando lhe foi oferecida a resistência, pelo general Ladário Teles e governador Leonel Brizola. Não querendo que houvesse derramamento de sangue retirou-se para o Uruguai, enquanto o Presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, declarava vago o cargo, convocando para assumir a Presidência o deputado Ranieri Mazzili. No Rio de Janeiro, o general Arthur da Costa e Silva ocupou o Ministério da Guerra, assumindo a chefia militar do movimento. Fizeram-se articulações militares, enquanto os governadores procuravam indicar um Presidente. A escolha recaiu, afinal, no chefe do Estado Maior do Exército, general Humberto Castello Branco que foi eleito Presidente da República pelo Congresso, mediante emenda constitucional. Eleito para um mandato-tampão, Castello teve seu mandato prorrogado e foi sucedido pelo ministro da Guerra, general Costa e Silva, que governou até o impedimento, por um derrame, quando assumiu o poder uma Junta, composta pelos três ministros militares. O próximo ocupante da presidência, por indicação do sistema militar, foi o general Garrastazu Médici. A ele sucedeu o general Ernesto Geisel. Geisel promoveu uma abertura gradualista, abolindo a censura à imprensa; reformando o Colégio Eleitoral; que indicou para seu sucessor o general João Figueiredo, com um mandato de 6 anos. Nesse período, houve a explosão de duas bombas no Rio Centro, onde se preparava uma festa popular, de que foram protagonistas um tenente e um sargento do exército, este vitimado pelo engenho que iria acionar. A repercussão desse atentado inviabilizou a candidatura do 6º general-presidente, Octávio Medeiros. A convenção partidária do partido governista – Partido Democrático Social (PDS) – escolheu entre o ministro Mário Andreazza e o deputado Paulo Maluf, preferindo este enquanto o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) escolhia como candidato o governador de Minas, Tancredo Neves. O desfecho da convenção do (PSD) ocasionou uma cisão do Colégio Eleitoral e os partidários da candidatura Andreazza engrossaram os opositores do PMDB, dando a vitória a Tancredo Neves sobre Paulo Maluf.

Eleição, doença e morte de Tancredo Neves. Interinidade e posse de José Sarney. Dificuldades político-administrativas. Mudanças ministeriais. Planos financeiros. Eleições de 86. Constituinte. Constituição de 88. Sucessão presidencial. Resultado do 1º turno. Candidaturas de 2º turno. Perspectivas do novo governo.

A substituição de Tancredo Neves foi uma difícil herança para José Sarney, sem a cobertura de um grande Estado nem os compromissos políticos que asseguravam apoio ao Presidente falecido. Mantendo o ministério escolhido por Tancredo, Sarney, de fato, não assumiu o governo. O apoio que lhe é era devido pela coligação Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Partido da Frente Liberal (PFL), resultou na exigência de ministérios e outros cargos. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que pretendia governar sem poderes e questionou a legitimidade do mandato presidencial, enfraqueceu sua autoridade. A lembrança de discutir a extensão do período para que havia sido eleito, juntamente com Tancredo, ia provocar discussões no Congresso e, em torno dessa condição, a elaboração tumultuosa de uma Constituição que foi dada como promulgada, embora inacabada e, por isso, impraticável, estabeleceu um regime híbrido em que o Presidente de um sistema presidencialista não tem os poderes a ele inerentes, enquanto um Congresso, que se atribuiu poderes parlamentaristas, não quer, não pode ou não os cabe exercer. Os assuntos administrativos prementes são resolvidos em providências ainda baseadas no regime autoritário e submetidas a um Congresso que não dá **quorum** para rejeitar os vetos do que o Presidente apõe às suas decisões. Esse caos político reflete na administração financeira, assoberbada por um **déficit** crescente, gerando uma inflação galopante, enquanto crescem, sem correção, a dívida externa – que não é nem pode ser paga – e a dívida interna que se avoluma pelo descalabro administrativo. Nesse quadro surge a sucessão presidencial, apresentando a maior desorganização político-partidária em nossa história, com a apresentação de 22 candidatos à Presidência da República, um dos quais, à últi-

ma hora, foi tornado insubsistente. Dessa coorte de candidatos 5 ou 6 eram conhecidos e 3 ou 4 tinham possibilidades de alcançar o 2º turno, desde que nenhum conseguiria a maioria no 1º turno. Daí resultaram as candidaturas de Fernando Collor de Mello e de Luís Ignácio Lula da Silva que disputarão a 17 próximo o 2º turno.

Qualquer que seja o candidato eleito, não terá a cobertura dos partidos políticos, desmoralizados pelos resultados das eleições, nem a cobertura parlamentar em um Congresso que não representa mais a vontade popular e está em fim de mandato, mais interessado nas eleições de 3 de outubro de 1990, quando serão renovados os poderes Legislativos e Executivo.

---

## HÉLIO SILVA

Escritor e Pesquisador, exerceu o Jornalismo e a Medicina. É membro do Conselho Federal de Cultura, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Conselho Consultivo da Casa Rui Barbosa. Foi Diretor e Decano do Conselho Administrativo da ABI, exercendo atualmente a Diretoria da Biblioteca do Jockey Club Brasileiro. É autor de mais de 80 livros, muitos dos quais esgotados. Destacam-se dentre as suas principais obras: *Ciclo de Vargas*, *História da República Brasileira*, *Os Presidentes*, *Primeiro Século da República*, *Pensamento Político de Vargas*, *A Vez e a Voz dos Vencidos*. Atualmente prepara *O Poder Econômico*, *O Poder Religioso*, *História do Jockey Club Brasileiro* e *a Vida Depois dos 80 Anos*.

Anál. & Conj., Belo Horizonte, v.5 - n.º 2 - mai., ago./1990